

# **Câmara Municipal de Votorantim**

**Projeto de Lei nº 047/73**

**Autoria do Senhor Prefeito Municipal**

**Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

—M—

OFÍCIO N.º

288/73 - C. M.

Votorantim, 16 de novembro de 1973

Excelentíssimo Senhor:

Temos a honra de submeter a apreciação dessa Egrégia Casa, o incluso Projeto de Lei dispondo sobre abertura de Crédito Adicional, no montante de Cr\$ 130.000,00 ( cento e trinta mil cruzeiros ) suplementar à verba 310 3130 16 - Serviços de Terceiros.

A presente suplementação a ser feita na Diretoria da Contabilidade, se faz necessária a fim de que possa a municipalidade, saldar compromisso assumido na gestão anterior com serviços especializados de advocacia.

Trata-se, Senhor Presidente, de importância a ser paga, a título de honorários advocatícios, referentes ações movidas pela Municipalidade contra a Fazenda do Estado, para obter importâncias indevidamente retidas, a título de administração e fiscalização da parcela do I.C.M. pertencente ao Município; e contra a Caixa Econômica Estadual de São Paulo, pleiteando a devolução de importâncias já descontadas e o não pagamento de importâncias vincendas a título de Taxa Remuneratória de Serviços e Taxas de Expediente, incidentes sobre empréstimo efetuado pela Prefeitura àquele estabelecimento de crédito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º 288/73 - C . M.

fls. 2

Dada a urgência de que o assunto se re veste, solicitamos seja o Projeto apreciado e processado nos termos do parágrafo 2º, do artigo 26, da Lei Orgânica dos Municípios.

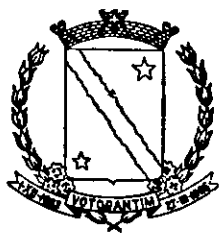
Sendo o que se nos oferece, valemo-nos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
Vereador DOMINGOS METIDIERI FILHO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
VOTORANTIM



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

III

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/73

Dispõe sobre abertura de Crédito  
Adicional Suplementar

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ER  
NALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, PRO  
MULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir  
na Diretoria de Contabilidade, um Crédito Adicional no valor de  
Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros) suplementar a se  
guinte verba:

Diretoria de Contabilidade

|                                     |      |            |
|-------------------------------------|------|------------|
| 310 3130 16 - Serviços de Terceiros | Cr\$ | 130.000,00 |
|-------------------------------------|------|------------|

Art. 2º - Os recursos para cobertura do presente /  
Crédito, no valor de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzei -  
ros) serão fornecidos pelo Superavit Financeiro apurado no Exer  
cício de 1972.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aprovação  
desta Lei, correrão por conta das verbas próprias consignadas  
no Orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 12 de novem-  
bro de 1973 - IX ANO DA EMANCIPAÇÃO.

  
ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

RECEBI

Votorantim, 16 de 11 de 1973

*[Signature]*

A Consultoria Jurídica e Comissões

S. Sessões, 16 de 11 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

A Comissão de Justiça

Devidas  
Presidente *[Signature]*

Comissão Finanças

Devidas  
Presidente *[Signature]*

EM DISCUSSÃO

Votorantim, 20/ 12 / 1973

*[Signature]*  
Presidente da Câmara

*pública*

REJEITADO

S. Sessões, 20 de 12 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 47/73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

Temos para parecer o projeto em tela.

Pretende o Senhor Alcaide a abertura de um crédito adicional suplementar visando saldar compromisso assumido na gestão anterior com serviços de advocacia.

No aspecto legal nada temos a opor.

No mérito, não podemos de forma nenhuma permitir que, contra o Município, se consume uma despesa desse porte, sobre um fato que era mais do que tranquilo em sua solução e que perfeitamente poderia ser desenvolvido pela assessoria jurídica da Municipalidade.

A causa em jogo era mansa e pacífica e sobre ela uma extensa literatura existia, não só por manifestações da Secretaria do Interior, como pelas revistas especializadas, e, jornais que, em colunas abertas a questões municipais, por mais de vez cuidaram de levantar não só a ilegalidade, mas também a inconstitucionalidade do procedimento do Governo do Estado, que retinha, a título de administração, parte do quinhão do ICM dos Municípios.

Não se concebe que honorários tão altos se tenham contratado, para uma situação de tranquila caminhada pela Justiça, mesmo que acionada pelos advogados do Município, face aos subsídios postos a disposição, como antes referimos.

Os honorários se contrataram na base de 20%, altíssimos para a circunstância, dado o valor da causa.

Nisso tudo se revela a falta de cuidado na administração do dinheiro público.

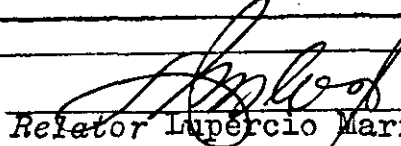
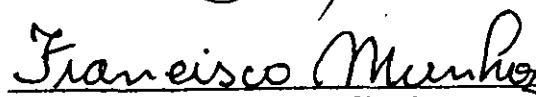
Opinamos pela sua rejeição.

Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Luperício Mariano da Silva  
Membro Francisco Munhoz

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de Lei                      nº 47/ 73

Comissão de                      Finanças e Orçamento

Parecer nº     /

Temos para parecer o projeto supra.

Acompanhamos o parecer da Comissão de Justiça e Redação.

Opinamos pela sua rejeição.

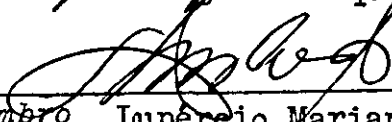
Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Georgino Marques Dias

Membro  Iupércio Mariano da Silva

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de **Lei** nº / 73

Comissão de **Justiça e Redação**

Parecer nº /

**Temos para parecer o projeto em tela.**  
**Analisando detidamente somos de entendi-**  
**mento que óbice algum de ordem legal existe.**  
**Opinamos pela sua aprovação.**  
**Este é o nosso parecer.**

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro **Itagyba Loureiro de Mello**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V O T O R A N T I M

Projeto de **Lei** nº / 73

Comissão de **Finanças e Orçamento**

Parecer nº /

*Temos para parecer o projeto supra.  
Nada a opor sob o aspecto financeiro.  
Opinamos pela sua aprovação.  
Este é o nosso parecer.*

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro *Itagyba Loureiro de Mello*